

Prefácio

Clóvis Cavalcanti
Presidente da International Society for Ecological Economics (ISEE)

Este livro que tenho a honra e o prazer de prefaciar, *O Capital Suicida*, do economista Flávio Tayra, remete a preocupações que os economistas ecológicos alimentam, em face dos rumos insustentáveis da sociedade em que vivemos. Não vou apresentar nem resumir o que o professor Tayra, de maneira tão apropriada e profunda, escreveu nas páginas que se seguem. A descoberta tem que ser do leitor, especialmente daquele para quem o título da obra chama a atenção. O que o livro propõe está dito, de certo modo, em seu subtítulo, “Racionalidade ambiental: autointeresse e cooperação no século XXI”. Na verdade, o modelo da economia ecológica que imagino, e que foi desenhado por Herman Daly em seu ensaio introdutório do livro que organizou em 1980, *Economics, Ecology, Ethics: Essays Toward a Steady-State Economy* (New York e San Francisco: W.H. Freeman and Company, 1980, p. 1-37), guarda relação muito estreita com o que o autor deste livro concebe. Uma coisa que chama a atenção, paralelamente, para o economista ecológico, e que me parece reforçar o caráter suicida da economia do século XXI aqui retratado, refere-se ao papel do dinheiro na sociedade.

O respeitado cientista britânico Frederick Soddy (1877-1956), vencedor do Nobel de Química de 1921, apesar de formado nas ciências exatas, aventurou-se numa visão crítica do modelo de sistema econômico dos economistas. Fez isso em quatro livros, um dos quais, de 1926, com o sugestivo título de *Wealth, Virtual Wealth and Debt* (riqueza, riqueza virtual e dívida). Nele, propõe uma ciência econômica com raízes na física, em particular nas duras Leis da Termodinâmica. É usual a imagem do sistema econômico com um mecanismo. Contudo, raros economistas seguem essa metáfora até suas conclusões lógicas finais, como a de que, igual a qualquer máquina, a economia deve retirar energia de seu exterior, o meio ambiente. A primeira e a segunda leis da Termodinâmica proíbem aquilo que se conhece como moto perpétuo, situações em que máquinas criariam energia do nada ou a reciclariam infinitas vezes. Na verdade, como sistema isolado, sem entorno, o modelo de economia dos economistas, na percepção física, pareceria capaz de gerar riqueza ilimitadamente.

Acontece que a riqueza real, essa que se apalpa (instalações, objetos, bens de consumo, etc.) possui natureza concreta. Já ativos financeiros (dinheiro, ações, derivativos, títulos), a riqueza virtual, constituem abstrações. E são tais abstrações cujo crescimento não respeita limites, o que foi muito bem destacado neste livro.

A moeda (dólar, real, euro) e tudo aquilo que contém significado apenas por sua expressão em dinheiro (títulos de todo tipo) são símbolos que representam um direito do portador a certa forma de riqueza. A dívida, por sua parte, significa um direito do credor que depende da capacidade da economia de produzir riqueza no futuro, capacidade essa que dá ao portador do título a segurança de que seu direito será realizado. “A paixão dominante atual”, falava Soddy, “é converter riqueza em dívida”, no sentido de que o credor se livra de uma coisa que pode se destruir (o bem físico) em troca de outra que é a garantia de que determinada quantia lhe será paga adiante. A moeda entra então para facilitar as transações. Os problemas vão surgir quando a riqueza e a dívida não são mantidas dentro de relação adequada. Que é exatamente o que acontece no mundo atual, haja vista que os ativos financeiros globais representam quase 20 vezes mais do que a economia referente a coisas concretas do planeta (há 90 anos, a economia real era maior). Atualmente, há um giro financeiro diário no mundo (papéis trocados por papéis) de mais de 5 trilhões de dólares. Se todos os credores de dívidas quisessem convertê-las em coisas físicas, estouraria um colapso monetário global: a moeda, em cada país, viraria pó. Assustador, um tsunami. Porém, uma realidade possível. Economia suicida.

A questão é que a economia de produção e consumo de coisas não pode crescer com a velocidade que se determinar. Segundo Soddy – e muita gente que já assimilou seus ensinamentos rigorosos, como os economistas ecológicos e a encíclica papal *Laudato Si'* –, “não faz sentido contrapor permanentemente uma convenção humana absurda, como é o caso do espontâneo crescimento da dívida [juros compostos], à lei natural do espontâneo decréscimo da riqueza [entropia; Segunda Lei da Termodinâmica]”. De fato, o montante de riqueza que uma economia pode gerar é limitado tanto pelo montante de energia de baixa entropia que ela pode retirar de seu meio ambiente quanto pelo montante de efluentes de alta entropia da economia que o ambiente é capaz de absorver. A dívida em dinheiro, sendo algo imaginário, uma convenção no papel, não está sujeita a tais limites naturais. Pode-se expandir de forma ilimitada.

Não se trata de exagero ou pessimismo afirmar, por outro lado, que existe apreensão nos círculos das ciências exatas e da natureza, um pouco menos no campo das sociais, quanto aos colapsos que nossa sociedade planetária pode experimentar em período não distante. O assunto figura nas preocupações do Papa Francisco, cuja encíclica *Laudato Si'*, de maio de 2015, o aborda. Lê-se nela, por exemplo, que “Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades”. Isso, porque “parece notar-se sintomas dum ponto de ruptura, por causa da alta velocidade das mudanças e da degradação, que se manifestam tanto em catástrofes naturais regionais como em crises sociais ou mesmo financeiras [...] Há regiões que já se encontram particularmente em risco e, prescindindo de qualquer previsão catastrófica, o certo é que o atual sistema mundial é insustentável a partir de vários pontos de vista, porque deixamos de pensar nas finalidades da ação humana”. Ora, qualquer esforço que se faça – e é o caso de Flávio Tayra aqui – para desvendar uma realidade humana que assusta por seus traços de insustentabilidade, merece ser examinado e considerado com a devida atenção. Daí o motivo pelo qual me sinto muito à vontade para recomendar a leitura atenta deste *O Capital Suicida*.

Olinda, 15 de janeiro de 2019.

Clóvis Cavalcanti

Introdução

“Os ensinamentos básicos de Jesus são bem bonitos...assim como o era a intenção original de Karl Marx. O que poderia dar errado? Todos vivendo em igualdade. Fazer pelos outros. Democracia. O povo governando. [...] São ótimas ideias, todas elas... mas todas sofrem de uma específica falha fatal. Todas elas são baseadas na ideia falaciosa de que as pessoas são, essencialmente, decentes: “Dê a elas a chance de fazer o certo e elas o farão”. Elas não são estúpidas, egoístas, gananciosas, covardes e pequenas. Fazem o que podem.[...] Só estou dizendo que as pessoas fazem a vida ser pior do que é. E, acredite, já é um pesadelo sem a ajuda delas. Mas, no geral, lamento dizer, somos uma espécie fracassada.”

Boris Yellnikoff, o personagem do filme *“Tudo pode dar certo”* de Woody Allen (*“Whatever Works”*, 2009).

No decorrer da história, a cooperação entre os agentes, nas mais diversas sociedades, foi o elemento fundamental para que a humanidade conquistasse saltos evolutivos tanto nos aspectos técnico e econômico quanto social. Os exemplos históricos de transição do nomadismo para o sedentarismo, bem como a necessidade de organização política que delineou esse processo e culminou no modelo da sociedade atual, são exemplos de tal tipo de cooperação entre os indivíduos. Uma necessidade básica, enfim. Por certo, nem tudo pôde ter sido tão tranquilo nesse percurso, mas uma percepção adquirida pelo homem através dos tempos ressalta a importância de se trabalhar junto para conquistar melhoras em seu dia a dia. Sim, sempre houve episódios de guerras, escravidão, violência, desentendimentos e barbárie...; mas ainda assim, pudemos observar significativas melhoras em termos de vida em núcleos ou em sociedade, com aqueles velhos desafios básicos como comer, se proteger do frio, dos ataques inimigos e das intempéries, sendo superados paulatinamente e, com isso, trazendo uma melhor qualidade de vida para o homem. Trabalhar em conjunto sempre fez sentido. Os exemplos são abundantes.

Apesar da percepção quase imediata dos benefícios mútuos de se trabalhar em conjunto, o egoísmo e a esperteza de curto prazo, certamente nunca deixaram de estar em pauta. Em sociedade, descobrimos meios para superar essa característica, talvez básica, do ser humano e, em muitas ocasiões, tornou-o inclusive um traço positivo,

como já diziam os clássicos da economia política, ao celebrarem a importância do autointeresse, como na célebre passagem de Adam Smith¹, na Riqueza das Nações: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles” (Smith, 1996, p.74).

E tal interesse move o capital. Considerando tal fato, talvez o homem, tomado como um tipo ideal, não tenha a “indecência egoísta” (comentada por Woody Allen na epígrafe inicial) como sua maior característica. Evidentemente alguns fazem desta a sua principal característica, sobretudo, pela sua ganância, vaidade e covardia, extremos da aplicação do autointeresse; mas seria importante que pudéssemos dar um desconto a ele: essencialmente é um ser que se defende com as suas armas disponíveis, buscando satisfazer as suas necessidades (essenciais ou induzidas) e seu sentido de sobrevivência.

Esse instinto de sobrevivência nos trouxe até aqui, para o bem ou para o mal. Nesse mesmo sentido, os últimos três séculos, especificamente, nos trouxeram um grau de desenvolvimento científico e tecnológico espetacular que nos permitiu uma situação de conforto frente à natureza antes quase inimaginável. Atualmente, qualquer cidadão de classe média paulistano (e não estou falando de países ricos) pode ter acesso a uma qualidade de vida superior à de aristocratas do século XVIII. Óbvio que a criadagem e a pompa não são as mesmas, mas atualmente as condições de higiene, proteção do frio e acesso a tratamentos e medicamentos básicos contra doenças relativamente simples para essa camada média da população é muito superior ao que dispunham classes altas no passado. Vivia-se menos, sob condições bastante árduas e se morria muito mais fácil há até bem poucas décadas. Se alguns dos aristocratas da época antiga passavam por esses perrengues, perdiam seus filhos e morriam cedo, é de se imaginar que a situação do cidadão comum fosse muito mais complicada: Engels (1975) já falava da difícil situação da classe operária inglesa em Manchester (e

¹ A publicação de “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, por Adam Smith em 1776 é convencionalmente conhecida como o marco inicial da Ciência Econômica. Sob influência de Thomas Hobbes e Claude Helvétius, Smith analisou a economia como um universo separado da moral e livre das concepções metafísicas, uma dissociação do mundo do egoísmo (economia) ao mundo da simpatia (moralidade). Sob tal contexto, o homem na economia agiria de maneira egoísta, um marco emancipatório da economia em relação à filosofia. Em obra anterior, “Teoria dos Sentimentos Morais”, Smith se centrou na moral, sob influência de Francis Hutcheson e David Hume, explorando o desejo humano de ser aprovado através do autocontrole, atingindo, assim, a simpatia.

também em outros centros industriais, como Londres, Dublin, Edimburgo) no século XIX: “As ruas, de hábito, não eram planas ou pavimentadas, eram sujas e cheias de detritos, restos de animais e vegetais, sem esgotos ou canais de escoamento, mas semeados de charcos estagnados e fétidos” (p. 99). Já Emile Zola (2006), em seu libelo de luta de classes, *Germinal*, mostrava as difíceis condições de vida dos operários franceses das minas de carvão no mesmo século (interessante é que governantes de nações importantes querem voltar a investir forte nesse combustível em pleno século XXI) e a luta do quase herói Etienne na organização dos trabalhadores por melhores salários. Fome, calor, frio, condições de trabalho insalubres foram retratados com grande vigor, mostrando a situação vivida pelo trabalhador comum da época, em sua busca por melhores condições de vida e de salários. Luta de classes, aliás, seria o fundamento da evolução na visão de Marx: a percepção do eu e nós contra os outros, na luta emancipatória do operariado. Hoje em dia, essa ideologia emancipatória também entrou em crise, o que traz custos indiretos (mas de impacto sólido) para a tão necessária cooperação entre as pessoas e os povos. A ideologia de luta de classes que fomentou a esperança nos séculos XIX e XX chegou a experimentar um arremedo de situação real, mas foi superada nos últimos tempos por uma pretensa não-ideologia; ou, o culto à lei da oferta e da demanda pautada no autointeresse, novo dogma monolítico.

Apesar dos avanços dos últimos séculos, mesmo nos dias atuais, ainda nos defrontamos com condições de vida precárias similares em muitos cantos do planeta e, mormente o incessante crescimento do PIB (produto interno bruto) global, verifica-se, também, a contínua deterioração dos indicadores de qualidade de vida em muitos países. A África, sempre ela, quase sempre esquecida das grandes discussões econômicas mundiais, ainda é palco de acontecimentos e exploração da mesma monta. No mundo todo, 821 milhões de pessoas ainda passam fome, segundo o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2018*, da FAO. A grande maioria das milhões de pessoas que sofrem de insegurança alimentar vive em países afetados por conflitos. Desde 2010, com o aumento dos conflitos violentos, estabeleceu-se também a tendência de aumento no número de desnutridos nesses locais em guerra.

A África foi a região onde a fome assolou em maior proporção. Quase 21% de sua população estava subalimentada em 2018: 256 milhões de pessoas, das quais 236 milhões eram da região subsaariana, 30,4% a mais em relação aos 181 milhões de famintos contabilizados nessa região do mundo em 2010. Em termos absolutos, a Ásia

lidera com 515 milhões, 11,4% de seus habitantes. No Brasil, a fome atinge 2,5% de sua população. Um aspecto que ganha cada vez mais importância é o aumento da obesidade. No mundo, em cada oito adultos, um já é obeso; no total, são mais de 672 milhões de pessoas nesta condição.

Mais do que preocupações de ordem estética, a obesidade já pode ser considerada uma doença, além de ser um fator de risco para a hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares, por exemplo. A epidemia se deve a mudanças no padrão alimentar da população em geral, que nas últimas quatro décadas trocou a alimentação tradicional de cada país – composta principalmente por cereais, verduras e carnes – por alimentos ultraprocessados, ricos em gorduras saturadas que fazem o alimento durar mais, são relativamente mais baratos e movimentam uma indústria global trilionária.

Na Ásia, ao lado das potências econômicas China, Japão e Coreia do Sul, países como Laos e Bangladesh, entre outros, vivem também em situação de penúria. Na América Latina e Central, a situação não é diferente. No Brasil, após uma década fora da realidade de sua história, o País despertou do sonho e despencou num velho pesadelo às voltas com as mesmas dificuldades de sempre: se a classe média paulistana consegue um padrão de conforto bastante satisfatório, mesmo dentro da mesma cidade podemos observar pessoas em condições miseráveis, sem acesso a serviços básicos de saneamento, educação e saúde, requisitos essenciais para o seu desenvolvimento humano. Em outras palavras, em pleno século XXI, existem parcelas expressivas da população mundial vivendo em condições similares às dos moradores de Manchester retratados por Engels, há quase 200 anos. E atualmente esse quadro está sendo novamente agravado por uma crise macroeconômica, política e institucional, que gera milhões de desempregados, concentra renda e destrói o próprio habitat. A ação econômica do homem já coloca em risco as condições de vida do planeta.

A nova safra de problemas é muito mais complexa e refere-se muito menos ao embate entre homem e natureza do tempo passado, quando os mistérios tinham de ser resolvidos e desmistificados para diminuir alguns problemas hoje considerados banais; na atualidade, grande parte dos problemas – o ambiental, entre eles – deve-se não a uma ignorância sobre os fluxos da natureza e seus potenciais impactos, mas, principalmente, a uma demanda crescente de recursos naturais criada por uma lógica de convivência em sociedade que prescinde maciçamente desses recursos, mas que

cria uma série de desigualdades e conflitos em seu acesso, com custos e impactos socializados, o que não ocorre de maneira similar conquanto aos seus benefícios econômicos. A manutenção de certas estruturas e formas de vida pode ser bastante interessante a determinadas parcelas da população (cada vez menores, mas extremamente mais ricas), a despeito dos problemas e impactos que tal forma de agir possa estar causando a outras parcelas muito maiores e no seu próprio habitat (de todos os seres humanos). Para a continuidade dessas estruturas mais do que a imposição forçada, arbitrária, são fomentados mecanismos “suaves” que acabam por construir um verdadeiro caldo de cultura, o qual assimilamos desde o nosso nascimento sem que percebamos que o estamos fazendo e nos impelem a manter – ainda que inconscientemente –, o curso em voga. Superação pessoal no sentido do mercado é a pedra de toque do comportamento humano hoje em dia. “Foco no resultado”, ou “acelera” são alguns dos seus lemas básicos.

Os problemas continuam a ser tratados como se não tivessem relações entre si, e cada ramo da ciência busca uma solução ideal dentro das suas próprias delimitações. Na realidade, trata-se de um círculo vicioso de condições. O fato é que os problemas se avolumam a cada dia e se tornam cada vez mais complexos. Soluções parnasianas, de burilamento de métodos internos muito peculiares, como no caso da Ciência Econômica, cada vez mais demonstram a sua inadequação na tentativa de real solução dos problemas enfrentados; e inclusive – talvez seja este um de seus objetivos –, afastam de uma visão ampla sobre o tema, ao se concentrar em aspectos menores, sem que exista a perspectiva de se abordar um conhecimento que dê forma ao todo. Dessa forma, a premissa adotada neste trabalho é a de que questão ambiental deve ser trabalhada *não como resultante de um relacionamento entre homens e natureza, mas como uma faceta da relação entre os homens com um entendimento específico do papel da natureza. O que é ao mesmo tempo um problema econômico, político e cultural.*

Para expor tais questões, as perguntas iniciais são: o que sabemos? E o que fazemos? Para tentar respondê-las e entender o *gap* existente entre os dois pontos optei por falar de conhecimento científico e econômico, conflitos, fatores motivacionais (não de auto-ajuda) que impelem a determinados comportamentos econômicos e culturais; e finalmente, afirmações de poder, indução, possibilidade de arranjos e incentivos a comportamentos cooperativos, por meio de políticas (e estratégias) deliberadamente instruídas para esse fim, assim como medidas possíveis em termos político-econômicos (como uma verdadeira reforma tributária

socioecológica). A partir da análise desses aspectos, a questão fundamental: o que deveríamos fazer? Existem caminhos e eles passam necessariamente por um maior esclarecimento dos indivíduos e, principalmente, por uma revalorização da cooperação social. Com tal motivação, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, além desta Introdução e das suas Conclusões (ou tentativa de).

O primeiro capítulo enfoca a questão do autointeresse e argumenta a necessidade da intensificação da ação coletiva para superar as principais dificuldades vividas na atualidade: a mudança climática e a desigual distribuição de renda dentro dos países e no planeta como um todo. Após dissertar sobre a questão do altruísmo e da cooperação, é introduzida no final deste capítulo a ideia de bens e recursos de uso comuns como fator chave para o encaminhamento do tema.

O capítulo dois tem o objetivo de expor os registros sobre a pressão econômica sobre a natureza e a interpretação da ciência econômica sobre tal fenômeno, destacando o crescimento exponencial registrado nos últimos séculos que fomentou o mito do desenvolvimento econômico que poderia ser estendido a todos, mas trouxe também sérios problemas relacionados à sobreutilização dos recursos naturais disponíveis. E isso traz sérias complicações para o arcabouço da ciência econômica convencional constituída (embora ela ainda insista em não o perceber). O capítulo é finalizado com a exposição da sociedade de risco e dos chamados riscos biográficos que conduzem a sociedade atual a uma situação em que a própria crise global é muitas vezes travestida de crise pessoal; no que é democrática, afetando tanto pobres quanto ricos.

O consumo e os seus valores são o tema principal abordado no capítulo 3. Além de estimular o crescimento econômico capitalista, o consumo exacerbado (o consumismo) faz com que os sistemas naturais sejam pressionados, mas principalmente, é fomentado por uma "pedagogia" específica que conduz as pessoas a tal tipo de comportamento sem que mesmo se dêem conta de que o fazem. Técnicas de mercado com grande aparato tecnológico, controle da mídia e dos canais de comunicação são utilizados para que o cidadão moderno se distancie cada vez mais de uma reflexão e compreensão maior dos seus atos e da forma como vive. Não se trata de um processo natural. Para tratar de uma possível cultura de sustentabilidade, são introduzidos alguns elementos como a formatação de uma possível "pedagogia" específica que poderia até mesmo se utilizar de alguns dos recursos da moderna

economia comportamental: os famosos *nudges* (“empurrões”) para que as pessoas possam tomar decisões visando a sustentabilidade e melhores medidas de bem-estar.

O capítulo 4 trata dos temas relacionados aos instrumentos de viabilização de possíveis prescrições mais sustentáveis: são as políticas, soluções, incentivos e possivelmente regras comuns necessárias para que possamos superar o intervalo entre o que fazemos atualmente e o que deveríamos já estar fazendo. Para isso, são abordados aspectos como políticas indutoras, propostas de reforma fiscal básicas enfatizando o meio ambiente e uma proposta mais radical que deveria sobretaxar recursos naturais de forma a que pudessem expressar o seu valor real de escassez e de equilíbrio ecossistêmico. Para isso, no entanto, é de fundamental importância o conceito de recursos comuns já introduzidos no Capítulo 1, mas numa escala ainda maior, o que só seria possível com a ampliação das discussões sobre o chamado patrimônio comum da humanidade. Uma mudança de valores em escala global, enfim.

No capítulo final é tratado o tema essencial do trabalho que é relacionado à uma necessária mudança ética e a introdução de uma racionalidade ambiental. Para chegar a este ponto, trouxe à baila o ideal de cientificidade a partir da abordagem de Thomas Kuhn que vai nos fornecer a ideia de paradigma, que será retomado ao final do capítulo como o “coletivo de pensamento”, a sua versão embrionária, e por isso, muito mais abrangente. As diferentes ideias e visões passadas sobre a natureza e o papel do homem (como mestre ou administrador, por exemplo) são retratados para mostrar como vivemos o apogeu de uma lógica puramente antropocêntrica que está próxima de seu limite. A partir deste momento caminharemos para as conclusões deste trabalho que procurou mostrar o cenário de insustentabilidade interno e externo do modelo econômico em que vivemos. Interno por possuir e fomentar diferenças sociais e econômicas, promovendo cada vez maior concentração dos benefícios econômicos da exploração do planeta. Externo, ao se defrontar com os limites naturais para a sua continuidade. Na tentativa de superação deste monumental problema é preciso voltar a discutir alguns aspectos essenciais da vida, questões ligadas às noções de igualdade, liberdade e cooperação – uma sadia vida em grupo - para podermos conceber uma nova utopia ecológica e social.